


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**4ª VARA CÍVEL**
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010892-09.2017.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez Acidentária**  
 Requerente: **Antonio Aparecido Green**  
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

ANTONIO APARECIDO GREEN, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Instituto Nacional do Seguro Social, também qualificado, alegando que em 07.2013 envolveu-se em acidente de trabalho, que progrediu para incapacidade, pedindo a condenação do réu à implementação da aposentadoria por invalidez ou o restabelecimento do auxílio-doença.

Liminar negada.

Contestação oferecida, negando-se preenchimento, pelo autor, do requisito da incapacidade temporária (auxílio doença) ou total, permanente e omniprofissional, sem possibilidade de reabilitação (aposentadoria por invalidez).

Réplica foi oferecida.

O feito foi instruído com prova pericial, a propósito do qual o contraditório foi assegurado.

É o relatório.

DECIDO.

O laudo pericial atestou a incapacidade total e definitiva do autor para o trabalho, considerado o seu histórico profissional (serviços gerais; vigilante; porteiro; serviços gerais; controlador de acesso; porteiro) e o fato de possuir fratura no planalto e pilão tibiais esquerdos simultaneamente a diabetes mellitus (com comorbidades – retinopatia diabética e nefropatia).

A data do início da incapacidade foi estimada em 11.7.2015.

O réu sucumbe, devendo, não obstante, observar-se que “*a autarquia é isenta de custas processuais, a teor do artigo 5º da Lei nº 4.952/85 e consoante artigo 6º da Lei nº 11.608/03*” (cf. Ap. nº 0049840-87.2010.8.26.0564 - 16ª Câmara de Direito Público TJSP - 23/10/2012<sup>1</sup>), observando-se ainda que, “*nas lides acidentárias, em regra, os honorários são fixados no percentual de 15% sobre as prestações vencidas até a sentença, consoante disposto na Súmula 111 do STJ*” (cf. TJSP, Ap. 487.524.5/2-00, 17ª Câ. De Direito Público, rel. Dês. Antonio Moliterno, j. em 26.2.2008)

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO o réu **Instituto Nacional do Seguro Social** a (a) obrigação de fazer: implantar em favor do autor o benefício previdenciário da aposentadoria por invalidez (b) obrigação de pagar quantia: pagar as parcelas atrasadas, considerada como data de início da incapacidade o dia 11.07.2015, deduzindo-se os valores recebidos a título de auxílio-

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**4ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

doença, com atualização monetária, desde cada vencimento, pelo IPCA-E (Tema 905, STJ), e juros moratórios contados a partir da citação de uma só vez sobre o *quantum* até aí acumulado e, após, mês a mês de forma decrescente, sempre pelos mesmos índices aplicados à remuneração adicional das cadernetas de poupança (Lei 11.960). CONDENO o réu ao pagamento de honorários advocatícios, arbitrados em 15% do valor da condenação relativas às parcelas vencidas até a prolação desta sentença.

**Tendo em vista o perigo de dano, com fulcro no art. 300 do CPC antecipo a tutela em sentença para determinar ao réu que implemente o benefício no prazo de 30 dias úteis contados de sua intimação, pelo seu procurador, a respeito desta sentença, independentemente de eventual recurso, que não terá efeito suspensivo no que toca à obrigação de fazer.**

P. I.

São Carlos, 21 de novembro de 2018.

**DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**